



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ- RJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE
2016

Secretário Municipal de Saúde

Dr Pedro Reis Pereira



“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”. (Constituição Federal de 1988, artigo 196).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
I. Identificação da Gestão	06
II. Informações do Orçamento Público Municipal	06
III. Planejamento Regional	10
IV. Diretrizes para o plano municipal de saúde 2014-2017	11
V. Programação Anual	12
VI. Considerações finais	18
VII. Referências Bibliográficas	18
Anexo 1. Síntese da Proposta Orçamentária Secretaria Municipal de Saúde – Plano Plurianual 2014-2017	
Anexo 2. Propostas Aprovadas na XII Conferência Municipal de Saúde 2.1 – Diretrizes do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência incorporadas às propostas aprovadas na XII Conferência Municipal de Saúde.	
Anexo 3: Planos e Metas do Conselho Municipal de Saúde 2016.	

INTRODUÇÃO

A Programação Anual de Saúde constitui-se como documento essencial no processo de desdobramento do uso dos instrumentos de planejamento e gestão em saúde. Sua elaboração procura obedecer as diretrizes preconizadas pela Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, segundo a qual, os municípios deverão encaminhar a Programação Anual de Saúde ao respectivo Conselho Municipal de Saúde, para aprovação antes da data de encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício correspondente. No presente caso, a elaboração da Programação Anual de Saúde de 2016 foi construída a partir das atividades previstas pelo Plano Municipal de Saúde 2014-2017.

Levando-se em consideração tais aspectos, a Programação Anual de Saúde e o Relatório Anual de Gestão caracterizam e compõem, recortes anuais do Plano de Saúde, o primeiro com caráter propositivo e o segundo analítico/indicativo para eventuais mudanças e adequações a serem incorporadas no referido documento.

No intuito de tornar possível que a Programação Anual de Saúde de 2016 contemple, de forma sistematizada, as ações, os recursos financeiros e outros elementos que contribuem para o alcance dos objetivos estabelecidos e o cumprimento das metas firmadas pelo Plano de Saúde 2014-2017 foi de grande relevância, a realização prévia da XII Conferência Municipal de Saúde, onde foram sistematizadas importantes contribuições para pensar a operacionalização do Plano Municipal de Saúde, em face dos avanços já promovidos de forma integral ou parcial em relação ao ano anterior.

As deliberações resultantes da realização da XII Conferência Municipal de Saúde foram organizadas por níveis de complexidade do SUS e blocos de financiamento, a saber: atenção básica, assistência especializada de média e alta complexidade, assistência farmacêutica, vigilância em saúde e gestão do SUS.

A relevância de incorporação das referidas deliberações à presente programação visa contemplar o compromisso de viabilizar e garantir a participação da sociedade civil no processo de elaboração das diretrizes gerais norteadoras das ações em saúde.

Por ocasião da composição da presente programação, buscamos organizar sua apresentação tentando recuperar a sistemática aplicada no período anterior, quando as mesmas puderam ser analisadas na oficina de planejamento estratégico situacional promovido pelos professores da disciplina de Medicina de Família e Comunidade do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de Macaé.

Mediante as aproximações identificadas entre as deliberações da XII Conferência com às necessidades de saúde da população macaense, as diretrizes, objetivos e metas do Plano Municipal de Saúde foram desenvolvidas. Tais diretrizes foram desenhadas a partir da lógica de organização do SUS e seu financiamento a fim de facilitar a associação entre ação, orçamento previsto, responsável pela execução e indicador de acompanhamento. Essa estratégia visa facilitar o controle interno e externo das ações a serem executadas no próximo quadriênio (2014-2017).

Compreende-se a Programação Anual de Saúde como um dos instrumentos básicos do Sistema de Planejamento do SUS exigidos à gestão pública em saúde e que somada ao Plano Municipal de Saúde e ao Relatório Anual de Gestão têm como objetivo a qualificação das práticas gerenciais do SUS, aumentando a resolubilidade da gestão e das ações e serviços prestados a população. O horizonte temporal da Programação Anual de Saúde coincide com o período definido para o exercício orçamentário.

Com vistas a qualificar esse produto, também foram realizadas oficinas de Planejamento junto aos Coordenadores/Gerentes de Programas/Serviços de Saúde para análise da situação atual de saúde e necessidades de saúde da população. Mesmo considerando a dificuldade da extemporalidade dos prazos para encaminhamento dos instrumentos de planejamento da gestão pública, a Secretaria Municipal de Saúde propõe a apresentação da Programação Anual de Saúde 2016 completa.

A função saúde no orçamento público em Macaé está organizada em 3 unidades orçamentárias, a saber: Secretaria Municipal de Saúde; Fundo Municipal de Saúde e Fundação Municipal Hospitalar de Macaé.

Essa Programação Anual de Saúde incorporou as ações elencadas pela Gerência de Vigilância em Saúde constantes no termo de Compromisso de Gestão Municipal (destacadas no texto pela sigla TCGM), as ações programadas pelo Conselho Municipal de Saúde para 2016 e as propostas da XII Conferência Municipal de Saúde.

Configura-se, portanto, como um documento de intenções, cuja operacionalização depende de vários fatores, o que pode determinar a realização de revisões durante o percurso do trabalho.

As receitas em saúde provêm das esferas de governo, federal, estadual e municipal, porém são finitas, implicando na imposição de limites à realização de algumas ações e a execução de novas proposições, desde que verificado seu impacto no orçamento.

Desta maneira, o presente instrumento evidencia-se como um norteador dos trabalhos para o ano de 2016, porém sujeito a ajustes em função da conjuntura e seus eventuais desdobramentos sobre a .

Em anexo, a síntese da proposta orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Saúde e da Fundação Municipal Hospitalar de Macaé.

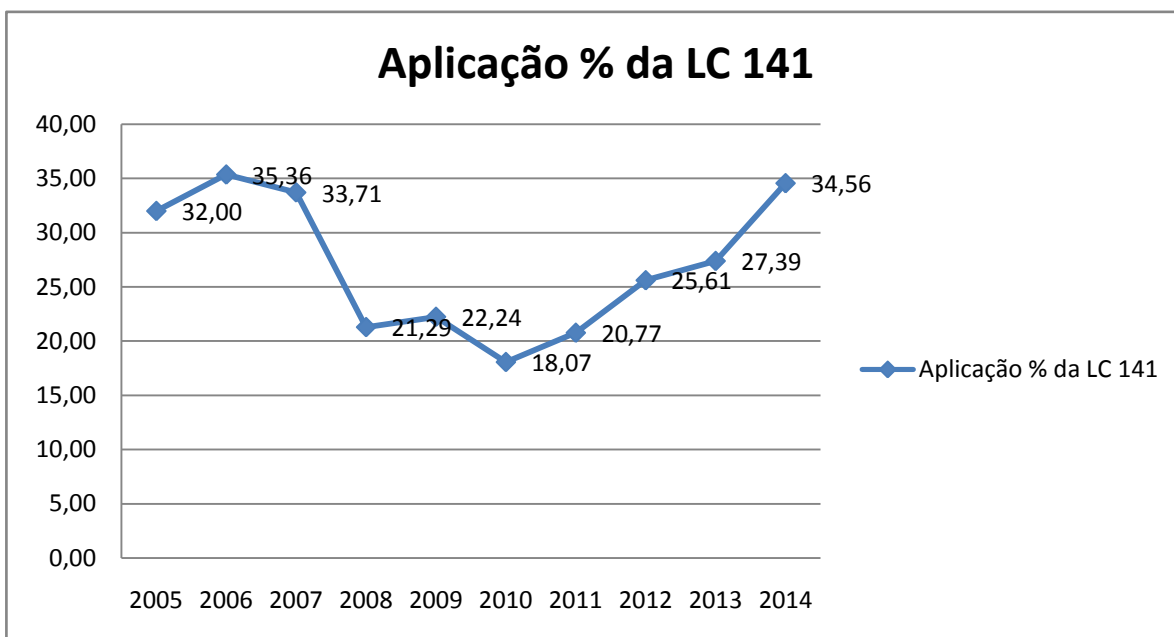
I. IDENTIFICAÇÃO DA GESTÃO

O estado do Rio de Janeiro ainda não aderiu ao Contrato Organizativo da Ação Pública para a Saúde (COAP) e, portanto, o município de Macaé está sob a vigência do Termo de Compromisso de Gestão Municipal (TCGM) homologado em Portaria nº 4.165, de 17 de dezembro de 2010 publicada no Diário Oficial da União.

II. INFORMAÇÕES DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

O município de Macaé vem aumentando gradualmente sua aplicação em saúde, ultrapassando largamente o que é preconizado pela Lei Complementar 141/2012 que estabelece 15% de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, conforme o Quadro 01.

Quadro01: Percentual de recursos próprios aplicados em saúde – EC 29, nos últimos 05 anos, no município de Macaé.

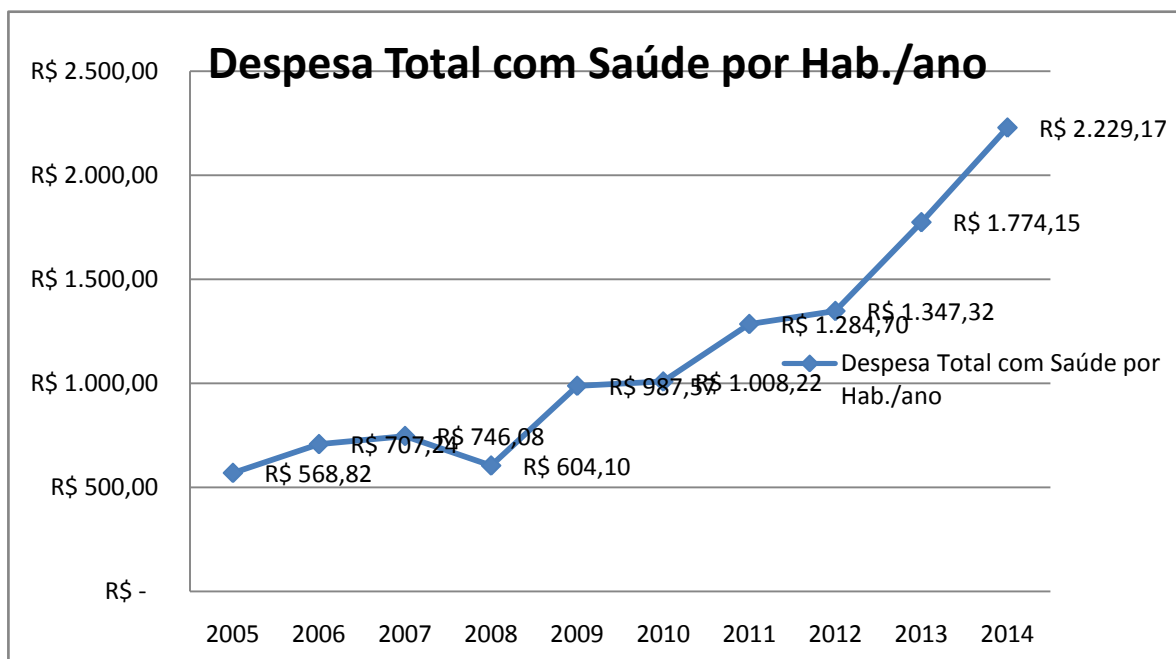


Fonte: SIOPS, 2014.

Nota-se que, nos últimos 05 anos, a curva se apresenta ascendente, contudo, irregular, que sugere uma leve instabilidade na aplicação de recursos próprios para a saúde em Macaé. Tal fato pode ter gerado as demandas reprimidas que continuam sendo verificadas no cotidiano dos serviços de saúde, apesar dos esforços

empreendidos no sentido de suprir tais necessidades. Tal esforço pode ser ratificado pela comprovação de que a despesa total com saúde por habitante tem se mostrado crescente nos últimos anos.

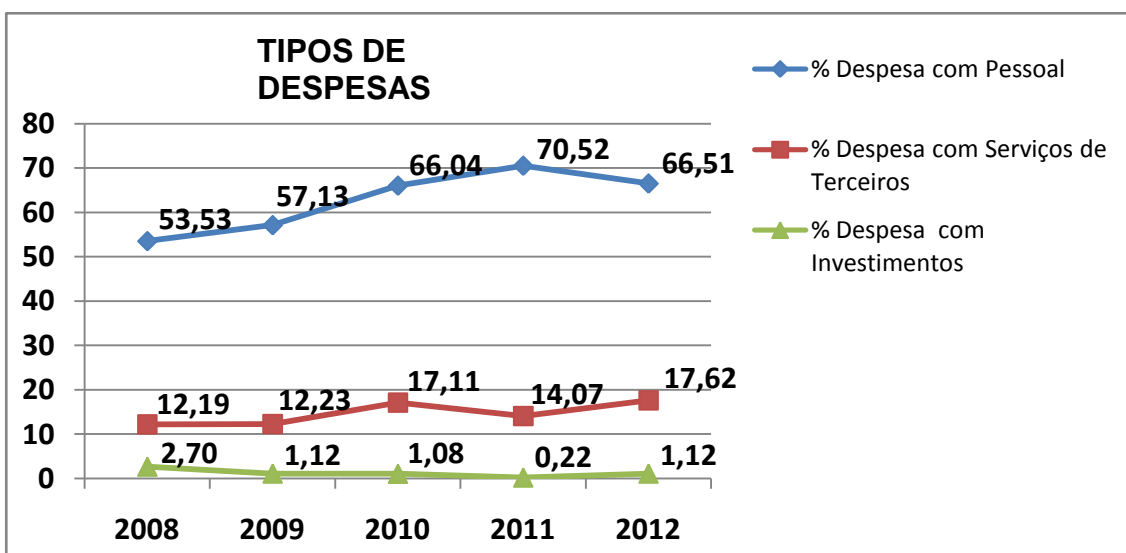
Quadro 02: Despesa Total com Saúde/Habitante, em Macaé, nos últimos 05 anos.



Fonte: SIOPS, 2014

Do total das despesas realizadas no Setor Saúde, a despesa com pessoal prossegue sendo a mais representativa no que tange ao montante investido.

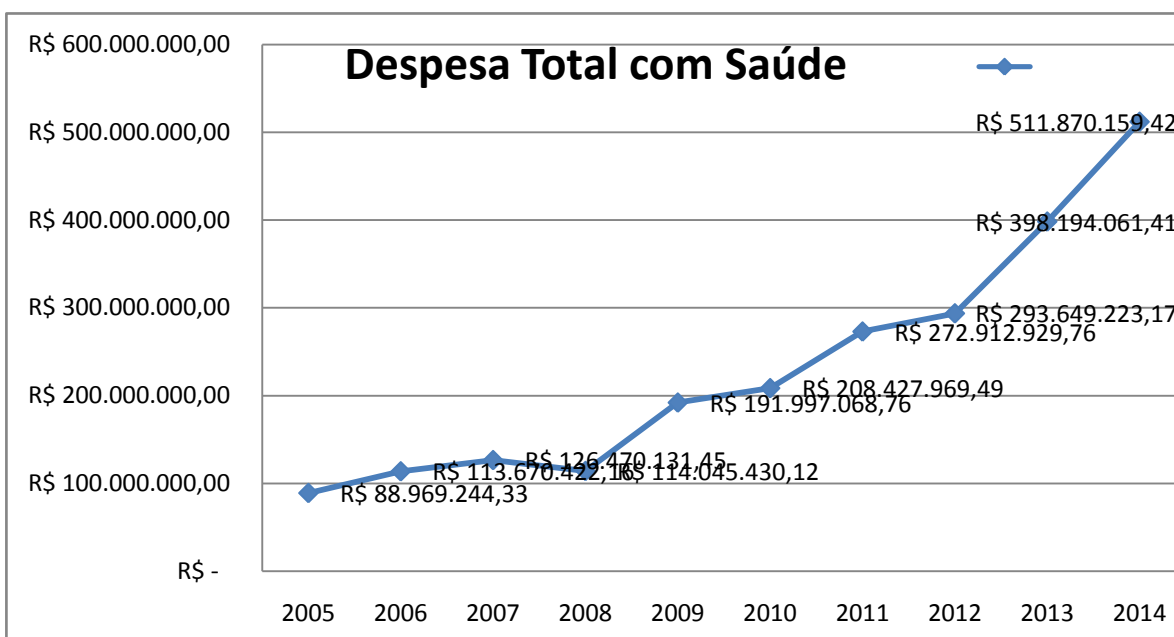
Quadro 03: Percentual de despesas com pessoal, serviços de terceiros e investimentos em relação a despesa total, em Macaé, nos últimos cinco anos.



Fonte: SIOPS, 2013.

Os dados apurados junto ao SIOPS, demonstram que despesa total em saúde apresentou um aumento gradual ao longo desses 05 últimos anos conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 04: Despesa total com Saúde em Macaé, nos últimos cinco anos.



Fonte: SIOPS, 2014.

De forma semelhante ao que ocorre com as despesas, tem se buscado envidar esforços no sentido de obter um reforço nas receitas, com ênfase especial

naqueles provenientes de repasses Fundo a Fundo, em detrimento do uso de recursos próprios. Todavia, reconhece-se que a tendência das receitas oriundas de repasse Fundo a Fundo é estabilizar-se, exceto se o município conseguir ampliar a oferta de serviços na rede pública de saúde conforme temos envidado esforços para consolidar. O município está em processo de credenciamento:

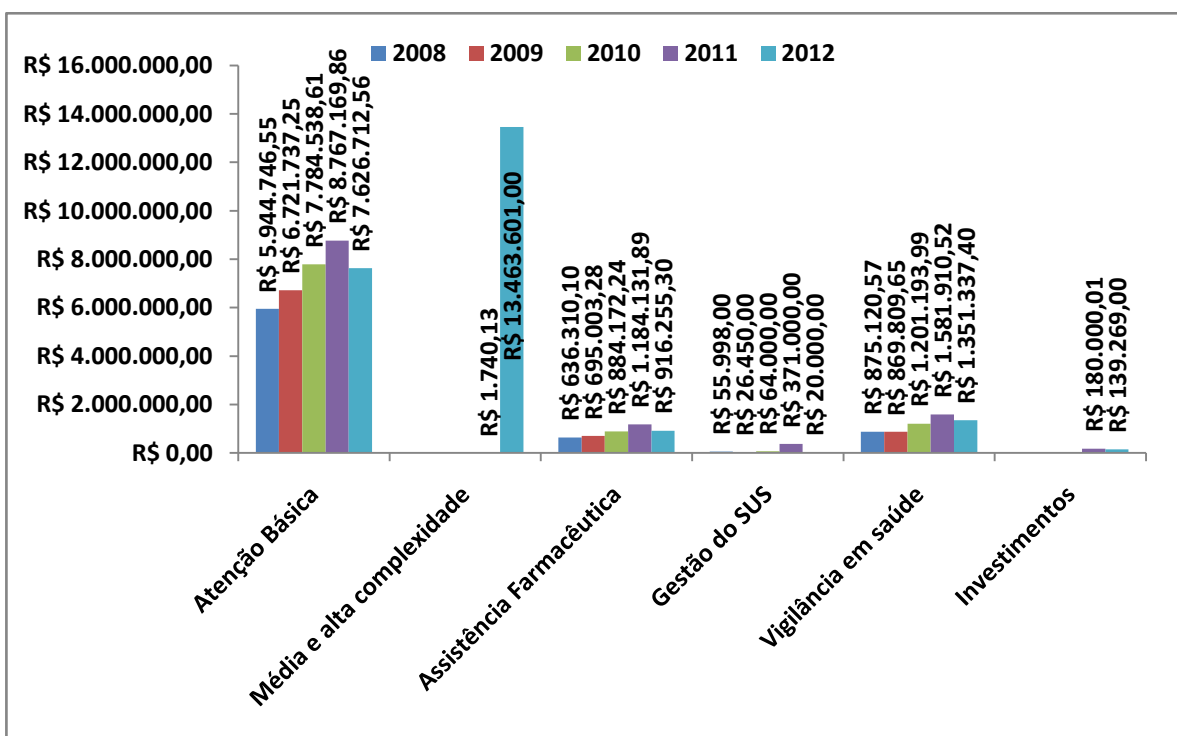
- de leitos de alta complexidade no HPM;
- da neurocirurgia e da cirurgia ortopédica de alta complexidade do HPM;
- do Hospital Público Municipal da Serra como Hospital de Pequeno Porte, ampliando de 20 leitos para 50 leitos;
- de um Centro Especializado de Reabilitação para referência regional em reabilitação física e auditiva – CER tipo II;
- da Associação para Deficientes Auditivos (AMADA);
- da hemodinâmica do Hospital São João Batista.

Além desses processos iniciados em janeiro de 2013, com a nova gestão municipal, o município realizou o planejamento e cadastro das propostas para construção de Unidades Básicas de Saúde pelo programa do MS Requalifica UBS e de dispositivos de Saúde Mental, sendo todos estes, aprovados pelo MS e estando alguns em adiantado estado de andamento. Todas essas construções irão substituir, paulatinamente, as unidades locadas do município. Tais construções estarão previstas nesta PAS para 2016, fortalecendo e ratificando o papel da nova fase de gestão pública de Macaé.

Com relação aos repasses financeiros fundo a fundo, o quadro 05 mostra as oscilações dos repasses efetuados.

Quadro 05: Repasses financeiros por blocos de financiamento repassados Fundo a Fundo nos últimos 05 anos para o município de Macaé.

BLOCOS DE FINANCIAMENTO



Fonte: Fundo Nacional de Saúde, 2013.

O incremento de receitas no bloco de financiamento de média e alta complexidade ocorreu em função do município ter aderido ao Termo de Compromisso de Gestão Municipal, que faz com que ele receba o total do Teto Financeiro previsto pelo Ministério da Saúde independente da produção apresentada mês a mês.

Com relação ao orçamento da saúde para 2016 o Fundo Municipal de Saúde apresentou a Secretaria Municipal de Planejamento uma proposta orçamentária para 2016 no valor total de R\$ 192.520.000;00.

Quadro 06: Orçamento previsto e aprovado para o Fundo Municipal de Saúde na LOA 2015, município de Macaé.

Proposta Orçamentária 2013	R\$ 141.132.942,91
Orçamento Aprovado (LOA)	R\$ 72.350.199,89 51% a menos

Fonte: Fundo Municipal de Saúde

Essas informações sinalizam que os cortes gerados pela gestão anterior nas propostas orçamentárias tem dificultado a execução das ações em saúde e implicado em solicitação de créditos suplementares.

III. PLANEJAMENTO REGIONAL - REGIÃO NORTE FLUMINENSE / RJ

O planejamento de ações regionais prossegue sendo construído junto com outros municípios que integram a região e suas diretrizes foram incorporadas ao Plano Municipal de Saúde.

IV. DIRETRIZES PARA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2014-2017:

Diretriz 1 – Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde - ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA

Diretriz 2 – Aprimoramento da Rede Municipal de Atenção às Urgências, com expansão e adequação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de prontos-socorros e centrais de regulação, articulada às outras redes de atenção - ATENÇÃO ÀS U/E

Diretriz 3– Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

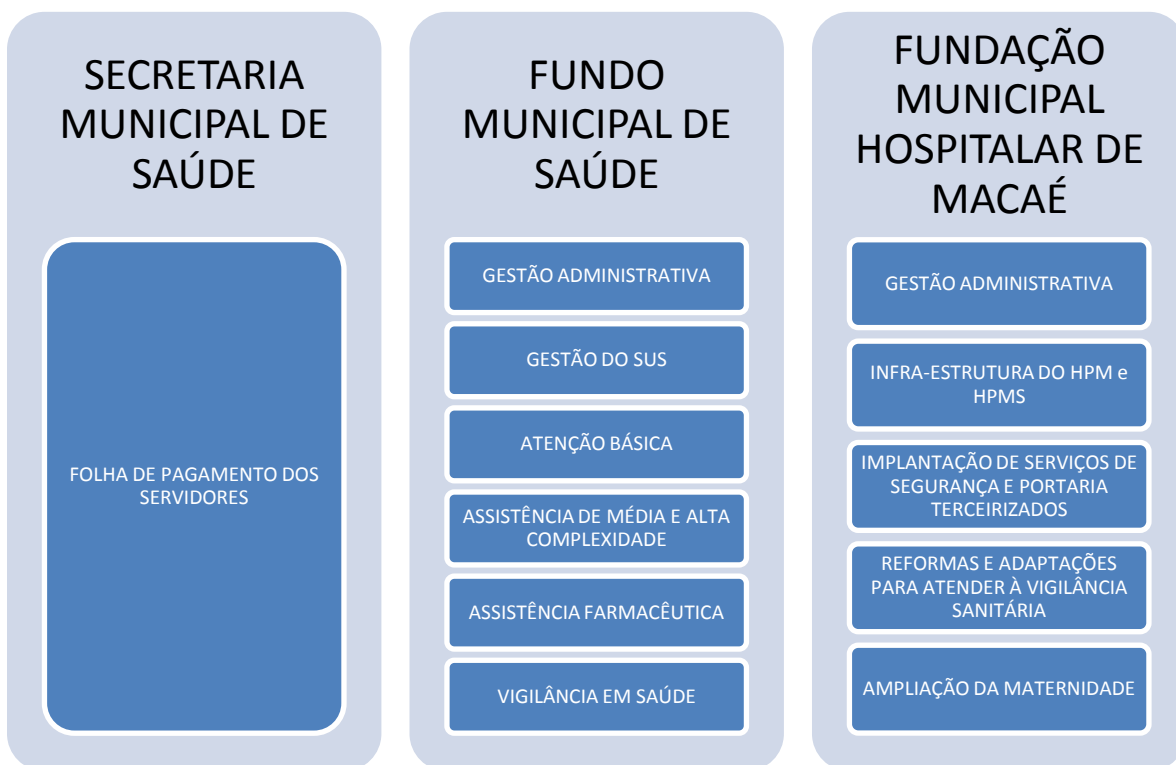
Diretriz 4 – Garantia da assistência farmacêutica no âmbito do SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Diretriz 5 – Contribuição à adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos trabalhadores do SUS - GESTÃO DO TRABALHO

Diretriz 6 – Implementação de novo modelo de gestão, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável - GESTÃO PARTICIPATIVA

Diretriz 7– Qualificação de instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS - GESTÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA

V. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR PREVISTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 373.000.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 192.520.000,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL HOSPITALAR DE MACAÉ	R\$ 253.924.037,46
TOTAL	R\$ 819.444.037,46

Diretriz	Macro-objetivo	Ação	Meta	Recurso	Origem	Responsável
1	Atenção Básica	Consolidar e expandir a atenção básica	55 % de cobertura de saúde da família em 2016	30.000.000,00	SUS Royalties Próprio	Gerência de Atenção Básica
1	Atenção Básica	Construir Unidades Básicas de Saúde	6 UBS's construídas em 2016	4.000.000,00	Convênio Royalties Próprio	Gerência de Atenção Básica
1	Atenção Básica	Ampliar e Reformar as Unidades Básicas de Saúde	4 UBS's ampliadas e uma reformada em 2016	3.000.000,00	Convênio Royalties Próprio	Gerência de Atenção Básica
1 e 2	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Manter unidades de média e alta complexidade	100% de unidades mantidas	50.000.000,00	Royalties SUS Próprio Diretamente arrecadado Estado	Assistência Especializada
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Operacionalizar a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite	01 CER e uma oficina ortopédica construídos e um CEO mantido em 2016	2.000.000,00	Royalties SUS Próprio Convênio	Assistência Especializada
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Realizar assistência às entidades subvencionadas	100% de assistência	5.000.000,00	Royalties Próprio	Assistência Especializada
1	Assistência Especializada de Média e	Operacionalização da Rede Cegonha	Implantar no município um dispositivo da Rede Cegonha	500.000,00	Royalties SUS Próprio	Assistência Especializada

	Alta complexidade				Convênio	
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Operacionalização da Rede de Atenção Psicossocial	100% dos dispositivos mantidos	2.000.000,00	Royalties SUS Próprio Convênio	Assistência Especializada
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Implantar Sistema de Monitoramento nas unidades da FMHM	100% das unidades monitoradas em 2016	105.000,00	Royalties SUS (FMHM)	FMHM
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Manter os serviços administrativos	100% dos hospitais mantidos – HPMS e HPM em 2016	242.982.037,46	Royalties SUS (FMHM)	FMHM
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Implantar serviço de segurança terceirizado	100% dos Hospitais atendidos em 2016	1.650.000,00	Royalties SUS (FMHM)	FMHM
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Terceirizar de Mão-de-Obra de Portaria	100% do serviço terceirizado	317.000,00	Royalties SUS (FMHM)	FMHM
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Construir galpão para almoxarifado e outros (substituição aluguel contrainers)	100% da obra concluída em 2016	6.310.000,00	Royalties SUS (FMHM)	FMHM
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Reforma e adaptações p/ atender Vigilância Sanitária	100% da obra concluída em 2016	760.000,00	Royalties SUS (FMHM)	FMHM

	Alta complexidade					
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Reforma para adaptação do HPMS para 30 leitos	100% da obra concluída em 2016	1.000.000,00	Royalties SUS (FMHM)	FMHM
1	Assistência Especializada de Média e Alta complexidade	Ampliar e adequar maternidade do HPM	100% de ampliação em 2016	800.000,00	SUS	FMHM
3	Vigilância em Saúde	Manter as ações da Vigilância em Saúde	100% das ações mantidas em 2016	10.000.000,00	Royalties SUS Próprio Convênio	Vigilância em Saúde
4	Assistência Farmacêutica	Manter a Assistência Farmacêutica	100% das ações mantidas em 2016	15.000.000,00	Royalties SUS Próprio Estado	Assistência Farmacêutica
5,6 e 7	Gestão do SUS	Fortalecer a Gestão do Trabalho e da Educação no SUS	100% dos funcionários atendidos em 2016	600.000,00	Royalties SUS Próprio	Gestão
5,6 e 7	Gestão do SUS	Manter o Conselho Municipal de Saúde	100% Conselho mantido em 2016	400.000,00	Royalties SUS Próprio	Gestão
5,6 e 7	Gestão do SUS	Manter Consórcio Intermunicipal de Saúde	100% do consórcio mantido em 2016	120.000,00	Royalties SUS Próprio	Gestão
5, 6 e 7	Gestão do SUS	Conceder bolsas para residentes e	100% das ações mantidas do Programa	800.000,00	SUS Próprio	Gestão

		preceptores	de Residência Médica em 2016			
5, 6 e 7	Gestão do SUS	Conceder Bolsa para pesquisadores		500.000,00	SUS Próprio	Gestão
5,6 e 7	Gestão Administrativa	Realizar manutenção dos serviços administrativos	100% dos serviços mantidos em 2016	330.000.000,00	Royalties SUS Próprio	SEMAD
5,6 e 7	Gestão Administrativa	Realizar pagamento da folha salarial	100% dos pagamentos realizados em 2016	330.000.000,00	SEMUSA	SEMUSA
5,6 e 7	Saúde da Família	Realizar pagamento da folha salarial	100% dos pagamentos realizados em 2016	43.000.000,00	SEMUSA	SEMUSA

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa programação será avaliada quadrimestralmente e os resultados serão apresentados em Audiência Pública na Câmara Municipal para apreciação dos conselheiros municipais de saúde e a população em geral.

A PAS 2015 será encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores para apreciação e ajustes necessários, logo que apresentada e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde.

Além dos relatórios quadrimestrais, caberá a Secretaria Municipal de Saúde a elaboração do Relatório Anual de Gestão (RAG) conforme orientação do Ministério da Saúde, atualmente pelo sistema SARGSUS, para análise e parecer do Conselho Municipal de Saúde.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8080/1990 – Lei Orgânica da Saúde.

BRASIL. Presidência da República- Lei Complementar nº 141 de 13 de Janeiro de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 4.165, de 17/12/2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de planejamento do SUS: uma construção coletiva: instrumentos básicos.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.751, de 12/11/2009.

ANEXO 1

PLANO PLURIANUAL 2014-2017

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA)

Prog.	Tipo P/A	Nº	Descrição do Projeto / Atividade	Descrição	U.M.	METAS							
						FÍSICAS				FINANCEIRAS			
						2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
1	A	1	Manter serviços administrativos	Pagamento dos funcionários da saúde da administração direta da Prefeitura Municipal de Macaé.	%	100	100	100	100	300.118.673,47	330.130.540,82	363.143.594,90	399.457.954,39
2	A	1	Consolidar e expandir a Estratégia Saúde da Família	Pagamento dos funcionários da saúde da família da administração direta da Prefeitura Municipal de Macaé.	%	100	100	100	100	39.131.661,66	43.044.827,83	47.349.310,61	52.084.241,67

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Fundo Municipal de Saúde (FMS)

Prog.	Tipo P/A	Nº	Descrição do Projeto / Atividade	Descrição	U.M.	METAS							
						FÍSICAS				FINANCEIRAS			
						2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
1	A	1	Manter serviços administrativos das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde	<p>Aquisição: equipamentos médico-hospitalares, farmacêuticos, laboratoriais; móveis e utensílios; materiais administrativos; materiais de informática, material de escritório, materiais de elétrica, hidráulica, pintura, mecânica.</p> <p>Contratação de serviços de terceiros PJ e PF para: exames, lavanderia, limpeza e higienização, manutenção predial, segurança, ar condicionado, ar medicinal, alimentação/nutrição, jardinagem, aluguel de máquinas, equipamentos e</p>	%	100	100	100	100	38.354.410,25	46.025.292,30	55.230.350,76	66.276.420,91

				veículos (ambulâncias e carros de passeio), prestação de serviços de PF, manutenção de equipamentos médicos, cirúrgicos, hospitalares, laboratoriais, de imagem.									
1	A	2	Fortalecer a Gestão do Trabalho e da Educação no SUS	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção e meritocracia aos funcionários da SEMUSA, através do plano de carreira e de outras formas de remuneração por desempenho profissional. - Promover parceria ensino-serviço com universidades e escolas técnicas para o desenvolvimento da capacidade gerencial e assistencial dos trabalhadores do SUS. - Implementar e pactuar diretrizes para políticas de educação e gestão do trabalho que favoreçam o provimento e a fixação de trabalhadores de 	%	20	30	30	20	126.025,70	163.833,41	212.983,43	255.580,12

				saúde, no âmbito municipal, notadamente em regiões onde a restrição de oferta afeta diretamente a implantação de ações estratégicas para a atenção básica.									
1	A	3	Fortalecer a Gestão Estratégica e Participativa no SUS	<p>- Desenvolver processo de monitoramento e avaliação, abrangendo as diversas áreas da SEMUSA.-Promover ações de informação e conhecimento acerca do SUS,junto à população em geral.- Apoiar os processos de educação popular em saúde, com vistas aofortalecimento da participação social no SUS, bem como a educação- Implementar a auditoria sobre toda a produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão, tomando como referência as ações previstas no</p>	%	100	100	100	100	40.000,00	44.000,00	48.400,00	53.240,00

				plano municipal de saúde e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial.- Fortalecer as ouvidorias da saúde.									
1	A	4	Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde	<p>-Apoiar administrativa e financeiramente a Secretaria-Executiva do Conselho Municipal de Saúde(CMS).</p> <p>-Viabilizar, administrativa e financeiramente, a participação dos conselheiros municipais nas conferências municipais e estaduais de saúde.</p> <p>-Promover, em parceria com o CMS, a realização das conferências municipais de saúde.</p>	%	70	80	90	100	204.000,00	224.400,00	246.840,00	271.524,00

1	A	5	Operacionalizar Central de Regulação Municipal	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar Central Municipal de Regulação de exames, consultas e intenações. - Garantir a oferta para tratamento fora domicílio e atender a demandas judiciais. 	%	100	100	100	100	2.200.857,51	2.420.943,26	2.663.037,59	2.929.341,35
1	A	6	Manter Sistema de Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Adquirir e/ou atualizar o sistema de informática para a automatização dos processos internos (administrativo e operacional) e dos processos relacionados ao paciente (prontuário) e cartão SUS, com capacidade de interligação sistêmica entre as unidades de saúde. 	%	100	100	100	100	3.024.000,00	3.205.440,00	3.397.766,40	3.601.632,38
1	A	7	Manter a Atenção Psicossocial	Manutenção administrativa dos 12 dispositivos da Saúde Mental.	%	100	100	100	100	766.000,00	811.960,00	860.677,60	912.318,26

1	P	8	Construir dispositivos da Saúde Mental	Construção de 04 dispositivos de Saúde Mental: CAPSI Aeroporto; CAPS III Ajuda; CAPS II Barreto; Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III Ajuda.	%	100					4.516.000,00			
1	P	9	Construir a sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde - "Projeto Integrar"	Construção da sede administrativa da SEMUSA para centralizar as unidades administrativas.	%	100					2.800.000,00			
1	A	10	Manter Consórcio Intermunicipal de Saúde	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde							126.000,00	133.560,00	141.573,60	150.068,02
1	A	11	Construir e manter o Almoxarifado da Semusa	Construção e manutenção do Almoxarifado central da SEMUSA.	%	100	100	100	100		2.000.000,00	360.000,00	381.600,00	404.496,00
2	A	1	Consolidar e expandir a atenção básica	Manutenção dos serviços administrativos da estratégia saúde da família.	%	100	100	100	100		13.608.000,00	14.424.480,00	15.289.948,80	16.207.345,73

3	A	4	Manter Serviços de Apoio Clínico	Garantia da oferta de exames, consultas e internações na rede conveniada e contratada.	%	100	100	100	100	9.610.475,42	11.148.151,49	12.931.855,73	15.000.952,64
3	A	5	Operacionalizar a Assistência Oncológica no município	Garantia da assistência oncológica no âmbito municipal.	%	100	100	100	100	5.016.000,00	1.200.000,00	1.392.000,00	1.614.720,00
3	A	6	Construir e manter o Centro Especializado de Reabilitação tipo II e Oficina de órtese e prótese	Construção e manutenção do CER tipo II e Oficina de órtese e prótese	%	100	100	100	100	3.941.000,00	67.916,00	78.782,56	91.387,77
3	P	7	Operacionalizar emendas parlamentares	Operacionalização de emendas parlamentares	%	100				2.900.000,00			
3	A	8	Manter e operacionalizar o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) tipo II	Manutenção e operacionalização do CEO tipo II.	%	100	100	100	100	728.000,00	132.000,00	153.120,00	177.619,20
3	A	9	Construir e manter o Hemonúcleo Municipal	Construção e manutenção do Hemonúcleo Municipal.	%	100	100	100	100	350.000,00	150.000,00	174.000,00	201.840,00
3	P	10	Implantar Central Municipal de Esterilização	Implantação da Central Municipal de Esterilização.	%	100				350.000,00			
3	A	11	Construir e manter o Laboratório de Fisiologia Médica	Construção e manutenção do Laboratório de Fisiologia Médica	%	100	100	100	100	350.000,00	150.000,00	174.000,00	201.840,00

3	A	12	Manter convênios	Assistência financeira à entidades subvencionadas: Recanto dos Idosos, Casa do Idoso, Shalom, AMADA e ASAPEM.	%	100	100	100	100	1.705.775,00	1.978.699,00	2.295.290,84	2.662.537,37
4	A	1	Manter a Assistência Farmacêutica	Mantuição da Assistência Farmacêutica.	%	100	100	100	100	12.348.000,00	14.323.680,00	16.615.468,80	19.273.943,81
5	A	1	Construir e manter as ações de Vigilância Ambiental	Construção e manutenção das ações de Vigilância Ambiental.	%	100	100	100	100	1.072.000,00	172.000,00	199.520,00	231.443,20
5	A	2	Construir e manter as ações de Vigilância Sanitária	Construção e manutenção das ações de Vigilância Sanitária.	%	100	100	100	100	1.400.000,00	500.000,00	580.000,00	672.800,00
5	A	3	Construir e manter as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional	Construção e manutenção das ações da Vigilância Alimentar e Nutricional.	%	100	100	100	100	714.000,00	174.000,00	201.840,00	234.134,40
5	A	4	Manter as ações da Vigilância Epidemiológica	Manutenção das ações da Vigilância Epidemiológica.	%	100	100	100	100	524.000,00	607.840,00	705.094,40	817.909,50
5	A	5	Operacionalizar o programa DST/AIDS	Operacionalização do programa DST/AIDS	%	100	100	100	100	698.000,00	809.680,00	939.228,80	1.089.505,41
TOTAL ANO										158.860.300,81	145.363.195,46	163.838.858,51	185.219.174,42

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Fundação Municipal Hospitalar de Macaé (FMHM)

Prog.	Tipo P/A	Nº	Descrição do Projeto / Atividade	Descrição	U.M.	METAS							
						FÍSICAS				FINANCEIRAS			
						2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
1	P	1	Ampliação e melhorias do HPM	- Adequação as exigências legais (Anvisa, Vigilância sanitária) decorrentes de notificações já ocorridas nas áreas de resíduos e transfusional - Obras de adequação e ampliação no HPM	%	50	50			3.790.000,00	3.790.000,00		

				para obter credenciamento SUS como Hospital de Alta Complexidade, atendendo as exigências legais dos órgãos envolvidos (SUS, Ministério da Saúde, Anvisa, Vigilância sanitária). Envolve: infraestrutura para atendimento de paciente obeso, STI neo, STI pediátrico, leitos obstétricos, UTI adulto e uma central de regulação									
1	P	2	Criação do banco de leite: Casa do aleitamento materno	- Obras de infraestrutura para criação do espaço de aleitamento materno conforme as exigências legais	%	20	40	40		392.000,00	784.000,00	784.000,00	
1	A	3	Ampliação e manutenção da frota de veículos do HPM	- Aquisição/locação de uma ambulância UTI (adequada ao paciente obeso) e uma ambulância simples remoção tipo furgão. - Manutenção dos contratos de aluguel dos carros de passeio.	%	100				710.000,00			

1	A	4	Operacionalização e modernização da infra-estrutura do HPM	<p>- Aquisição e aluguel de: equipamentos médico-hospitalares, produtos farmacêuticos, laboratoriais, móveis e utensílios, materiais administrativos, equipamentos e materiais de informática, material de escritório, materiais de elétrica, hidráulica, pintura, mecânica, equipamentos específicos para pacientes obesos, para salas de STI, UTI e demais leitos de alta complexidade.</p> <p>- Contratação de serviços de terceiros PJ e PF para: exames, lavanderia, limpeza e higienização, manutenção predial, segurança, ar condicionado, ar medicinal, alimentação/nutrição, jardinagem, aluguel de máquinas, equipamentos e veículos (ambulâncias</p>	%	100	100	100	100	40.000.000,00	45.000.000,00	50.000.000,00	55.000.000,00
---	---	---	--	---	---	-----	-----	-----	-----	---------------	---------------	---------------	---------------

				e carros de passeio), prestação de serviços de PF, manutenção de equipamentos médicos, cirúrgicos, hospitalares, laboratoriais, de imagem para atender as necessidades atuais de funcionamento do hospital e para as necessidades futuras em função da reforma.									
2	P	1	Ampliação e adequação da infraestrutura do HPMS para hospital de pequeno porte	- Adequação as exigências legais (CNES) para credenciamento como Hospital de Pequeno Porte	%	40	60			540.000,00	810.000,00		
2	P	2	Ampliação e manutenção da frota de veículos do HPMS	- Aquisição/locação de 1 ambulância UTI e 1 carro de passeio	%	100				248.000,00			

2	P	3	Operacionalização e modernização da infra-estrutura HPMS	<p>- Aquisição e aluguel de: equipamentos médico-hospitalares, farmacêuticos, laboratoriais; móveis e utensílios; materiais administrativos; materiais de informática, material de escritório, materiais de elétrica, hidráulica, pintura, mecânica, UTI e leitos de baixa complexidade.</p> <p>- Contratação de serviços de terceiros PJ e PF para: exames, lavanderia, limpeza e higienização, manutenção predial, segurança, ar condicionado, ar medicinal, alimentação/nutrição, jardinagem, aluguel de máquinas, equipamentos e veículos (ambulâncias e carros de passeio), prestação de serviços de PF, manutenção de equipamentos médicos, cirúrgicos, hospitalares,</p>	%	100	100	100	5.430.000,00	5.760.000,00	6.090.000,00	6.420.000,00
---	---	---	--	---	---	-----	-----	-----	--------------	--------------	--------------	--------------

				laboratoriais, de imagem para atender as necessidades atuais de funcionamento do hospital e para as necessidades futuras em função da reforma, empresa de segurança.									
3	A	1	Manutenção dos serviços administrativos da FMHM	Pagamento dos servidores da FMHM	%	100	100	100	100	138.617.120,36	146.571.172,00	154.421.770,50	154.796.170,50
3	P	2	Implantação do processo de informatização HPM	<p>- Adquirir e/ou atualizar o sistema de informática para a automatização dos processos internos (administrativo e operacional) e dos processos relacionados ao paciente (prontuário) do hospital HPM e com capacidade de interligação sistêmica entre os hospitais da FMHM</p> <p>- Automatizar central de controle estatístico e de indicadores dos hospitais HPM e HPMS</p>	%	70	30			960.200,00	455.800,00		

				- Automatizar central de regulação no HPM									
3	P	3	Implantação do processo de informatização no HPMS	- Adquirir sistema de informática para a automatização dos processos internos (administrativo e operacional) e dos processos relacionados ao paciente (prontuário) do hospital HPMS, com capacidade de interligação entre os hospitais da FMHM - Automatizar central de controle estatístico e de indicadores dos hospitais HPM e HPMS	%	70	30			429.040,00	168.540,00		
3	A	4	Implantação do plano de carreira, cargos e salários	- Promoção e meritocracia aos funcionários da FMHM, através do plano de carreira à todos os servidores elegíveis da FMHM, de forma gradual e dentro do orçamento do município destinado a FMHM	%	100	100	100	100	960.000,00	1.017.600,00	1.078.656,00	1.143.375,36

3	P	5	Implantação de telemedicina entre os hospitais HPMS e HPM	- Adquirir infraestrutura de áudio e vídeo que garanta comunicação e visualização on line e real time entre os hospitais HPM e HPMS	%	100					100.000,00			
3	A	6	Capacitação de Recursos Humanos - HPM e HPMS	- Treinamento dos funcionários da FMHM - Divulgação e comunicação interna	%	100	100	100	1000	100.000,00	110.000,00	121.000,00	133.100,00	
4	A	1	Criação de programa de educação continuada permanente	- Promover calendário de cursos de educação continuada permanente	%	100	100	100	100	100.000,00	110.000,00	121.000,00	133.100,00	
4	A	2	Criação de cursos de residência e especialização	- Promover residência e especialização nas áreas de saúde (medicina, enfermagem, nutrição, farmácia) através da parceria com as universidades	%	100	100	100	100	100.000,00	110.000,00	121.000,00	133.100,00	
4	A	3	Criação de bolsa para os residentes e professores	- Oferecer bolsa aos residentes e professores da residência	%	100	100	100	100	508.800,00	610.560,00	712.320,00	814.080,00	

5	P	1	Construção e manutenção do novo Hospital público da mulher	- Desenvolver projeto com todas as plantas: arquitetura, civil, execução, elétrica, hidráulica, bombeiro, vigilância sanitária,..., bem como efetuar a construção do hospital da mulher de acordo com os órgãos reguladores (exigências legais) garantindo assim o credenciamento SUS como Hospital de baixa e média complexidade (hospital maternidade e ginecológico).	%	20	30	50		2.160.000,00	3.240.000,00	5.400.000,00	
5	A	2	Operacionalização e modernização da infra-estrutura do Hospital Público da Mulher	- Aquisição e aluguel de: equipamentos médicos, hospitalares, farmacêuticos, laboratoriais; móveis e utensílios; materiais administrativos; equipamentos, materiais de informática, material de escritório, materiais de elétrica, hidráulica, pintura, mecânica, infra-estrutura específica para paciente obeso,	%			50	50	24.000,00	24.000,00	15.000.000,00	15.900.000,00

				para as salas de STI, UTI e leitos, serviço de segurança - Inclui-se neste orçamento: -- Outros Serviços de terceiros PJ -- Material de consumo -- Material Permanente e equipamentos -- Outros serviços de terceiros PF									
5	A	3	Manutenção dos serviços administrativos do Hospital público da mulher	Pagamento dos servidores	%	100	100	100	100	159.000,00	826.800,00	8.268.000,00	8.764.080,00

TOTAL ANO										194.819.360,36	208.777.912,00	241.405.426,50	242.422.925,86
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

ANEXO 2

PROPOSTAS DA XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAÉ

A Plenária da XII Conferência Municipal de Saúde de Macaé, reunida nos dias 09 e 10 de julho de 2015, no uso das atribuições que lhe são previstas pela Lei 8142/90 e também dos termos da Convocação da presente Conferência, que tem como tema e diretriz: “SAÚDE DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: direito do povo brasileiro” apresentou as propostas não realizadas e parcialmente realizadas referentes à XI Conferência Municipal de Saúde (CMS) que serão incorporadas automaticamente ao Relatório Final da XII CMS. Cada proposta publicizada durante a Conferência foi identificada de acordo com sua origem, ou seja, se acordo com o Eixo Temático que o orientou com base na Resolução nº 500, que Aprovou o Regimento da 15ª Conferência Nacional de Saúde, os quais foram sintetizados em 3 GTs a fim de viabilizar o manejo dos temas, a saber:

- I – Gestão Estratégica e Participativa no SUS,
- II – Gestão do Trabalho, Educação e Tecnologia no SUS,
- III- Financiamento, Gestão do SUS e Relação Público-Privado .

O conjunto das propostas da XII CMS foi então sistematizado por blocos, para facilitar a análise e elaboração dos instrumentos de Planejamento do SUS, embora estejam apresentadas conforme o eixo que as deu origem, conforme legenda abaixo:

- Eixo 1** – Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;
- Eixo II** – Participação Social;
- Eixo III** – Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;
- Eixo IV** – Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;
- Eixo V** – Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;
- Eixo VI** – I formação, Educação e Política de Comunicação do SUS;
- Eixo VII** – Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS; e

Eixo VIII – Reformas Democráticas e Populares do Estado;

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAÉ 2015
Propostas organizadas a partir dos Blocos de Financiamento

ATENÇÃO BÁSICA	
Indicador: Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade	Introduzir na rede de atenção básica o Programa de Saúde do Homem.
	Garantir o fortalecimento da Atenção Básica para que ela assuma o atendimento a clientela da Atenção Domiciliar Nível 1 e o PADT/SAD passe a atender a demanda da Atenção Domiciliar Nível 2 no início e chegar aos atendimentos de AD3, consolidando a AD.
Indicador: Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde	Garantir ampliação da equipe do NASF- Núcleo de Atenção a Saúde da Família com a inclusão de fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, farmacêutico e a ampliação do quadro existente de acordo com a necessidade do município e Legislação pertinente.
	Garantir o apoio administrativo nas equipes do NASF/ESF/UBS
	Garantir que o cargo de chefia na atenção básica seja concursado, da área de saúde, e prioritariamente de nível superior.
	Garantir que a Atenção Básica/ESF- Estratégia de Saúde da Família seja sempre pública e multiprofissional, com profissionais contratados mediante concurso público
	Garantir a implantação da Rede Cegonha.
	Garantir o cumprimento da Portaria GM/MS 2488/2011 com adequação do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família a categorias profissionais de acordo com a territorialização e a prorrogação e convocação dos concursos ora existentes
	Ampliar, adequar e modernizar a Atenção Básica.
	Garantir a ampliação da implantação da Atenção Básica para atingir 80% da população brasileira, fortalecendo-a como ordenadora do sistema. – MUNICIPAL / ESTADUAL /

	NACIONAL
	Dar continuidade à implementação das PICs - Práticas Integrativas e Complementares de acordo com a política nacional, priorizando as ações na atenção básica e garantindo o acesso da população ao medicamento homeopático através da implantação da farmácia viva, homeopatia e fitoterapia a fim de fortalecer as ações determinadas pela PNPIC bem como garantir junto à câmara municipal o reconhecimento das PICs enquanto política pública municipal.
Indicador/eixo: Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde	Garantir direitos trabalhistas, adequação de tabela salarial dos profissionais de saúde da ESF's, bem como a garantia de estruturação das unidades com equipamentos, materiais e informatização.
	Garantir direitos trabalhistas, adequação de tabela salarial dos profissionais de saúde da ESF's, bem como a garantia de estruturação das unidades com equipamentos, materiais e informatização.
Indicador/eixo: Financiamento do SUS e Relação Público-Privado	Garantir o fortalecimento da atenção básica com pagamento de no mínimo do piso nacional da categoria dos ACS's e ACE's com o fortalecimento do material educativo
	Propor estudo que viabilize o uso do incentivo do PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica para pagamento da gratificação por desempenho dos profissionais.
Indicador/eixo: Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS	Garantir o acesso da população ao medicamento homeopático e fitoterápico através da implantação e implementação da farmácia viva, homeopática e fitoterápica, buscando parcerias com a universidade, fortalecendo as ações determinadas na PNPIC – Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.
ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	

<p>Indicador: Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade</p>	<p>Garantir o fortalecimento do Centro de Referência do Adolescente como unidade de saúde e suas ações de promoção da saúde.</p>
	<p>Assegurar a prioridade no atendimento à saúde das pessoas com deficiência, respeitando a diversidade sexual e geracional; MUNICIPAL/ ESTADUAL.</p>
	<p>Garantir a criação espaços especializados para atendimento às vítimas de violência sexual no HPM, conforme norma técnica;</p>
	<p>Garantir a implementação do Centro de Convivência e Cultura conforme preconiza a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial);</p>
	<p>Garantir o acompanhante da mulher em pré-parto e puerpério conforme legislação pertinente;</p>
	<p>Implantar a coleta domiciliar de material para exames laboratoriais, aos pacientes restritos ao domicílio.</p>
	<p>Implantar o protocolo de atendimentos de doentes falcêmicos nas emergências do município, assim como a baciloscopia no laboratório do PSA – Pronto Socorro do Aeroporto para atendimento dos programas de tuberculose otimizando assim, tanto o atendimento quanto o diagnóstico e terapia específica.</p>
<p>Indicador/eixo: Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde</p>	<p>Garantir a Implantação do Centro Especializado de Reabilitação Municipal com criação da comissão pelo Conselho da Pessoa com Deficiência, e grupo de articulação do Programa Viver sem Limite para acompanhamento do processo e sensibilização dos Gestores</p>
	<p>Implantação de Enfermaria própria para Adolescente no HPM – hospital Público Municipal e UEP – Unidade de Emergência Pediátrica considerando as especificidades desta faixa etária conforme a Lei Federal 8069/90 artigos 11 e 12 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente)</p>
	<p>Garantir e ampliar o quadro de psiquiatra nos ambulatórios especializado bem como no Capsi.</p>

	Efetivar a implantação dos dispositivos substitutivos da Saúde Mental, como o Caps III, Caps ad III, Residência Terapêutica e leitos de Saúde Mental em Hospital Geral, segundo a Portaria GM/MS 3088/2011 e RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, considerando os serviços já pactuados
	Garantir Serviço Hospitalar de Referência, com acesso dos leitos na enfermaria especializada, em Hospital Geral para pessoas com sofrimento mental e com necessidades de saúde decorrente do uso de álcool, crack e outras drogas, conforme Portaria GM/MS 148 de 2012 e Portaria GM/MS 3.088 de 2011.
	Garantir a composição da equipe multiprofissional em todas as unidades de emergência com vistas a garantia da humanização de atendimentos às vítimas de violência e redução dos riscos e agravos.
	Criação e manutenção do Hospital da Mulher com centro de parto normal e implantação do SISPERINATAL, de acordo com a Portaria GM/MS11 de 07/01/2015. (engloba 2 eixos de financiamento diferentes!)
	Inserir o serviço de cirurgião dentista como participante da equipe multiprofissional do serviço de terapia intensiva.
	Criação e manutenção do Centro de Referência da Criança.
Indicador/eixo: Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS	Garantir a capacitação dos profissionais do ambulatório de saúde mental para atuar em: violência doméstica, abuso sexual, alienação parental e acompanhamento de processos
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	

Indicador/eixo: Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS	Garantir a descentralização da farmácia básica com a criação das farmácias satélites no município.
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Indicador: Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade	Garantir ambiente tecnicamente qualificado para o laboratório municipal de citologia a fim torná-lo apto junto ao QualiCito.
	Promover ambiente técnico e adequado para o atendimento do programa municipal de tuberculose e hanseníase.
Indicador/eixo: Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde	Implantar a baciloscopia no laboratório do pronto socorro do Aeroporto - PSA para atendimento aos usuários do programa de tuberculose e hanseníase.
	Capacitar os profissionais para o SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
Indicador: Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS	Garantir recursos para compra de materiais para atividades educativas na rede de saúde.
Indicador/eixo: Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde	Garantir recursos para compra de materiais para atividades educativas na rede de saúde.
Indicador/Eixo: Financiamento do SUS e Relação Público-Privado	Fomentar a articulação Intersetorial entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos para discussão da transformação do Centro de Convivência do Idoso em centro dia para Idoso, proporcionando um espaço de assistência ao idoso e suporte aos cuidadores.

GESTÃO DO SUS

Indicador: Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade	<p>Promover políticas de proteção integral, visando a diminuição da vulnerabilidade social e física das pessoas com deficiência, implantando campanha de conscientização dos profissionais que atuam na rede de atenção básica em saúde a cerca de sua co-responsabilidade em notificar órgãos competentes, quando verificada situação de notificação compulsória (SINAN) para todos os órgãos que atendam pessoa vítima de violência. Registrar as ocorrências no Conselho da Pessoa com Deficiência, Conselho de Saúde, Conselho do Idoso, Ouvidoria Municipal e Estadual e disque 100.</p>
	<p>Garantir acesso do Projeto Beleza Itinerante a toda a rede de saúde</p>
	<p>Garantir que as unidades de saúde do município de Macaé sejam campo de prática para acadêmicos de todos os cursos de ensino médio, superior e profissionalizante implementado no município, seja no nível da graduação ou de pós-graduação (latu senso ou stritu-sensu), acompanhado pelo supervisor e /ou preceptor da instituição.</p>
	<p>Garantir a fiscalização quanto ao uso de tecnologias para o desenvolvimento do aluno surdo em ambiente escolar.</p>
	<p>Fomentar a participação dos usuários como controle social dos nas políticas de enfrentamento da violência, divulgando as ações implementadas a sociedade; MUNICIPAL / ESTADUAL</p>
	<p>Que os conselhos de saúde: municipal, estadual e nacional tenham reuniões itinerantes, e que o conselho municipal participe de eventos nas comunidades com juntos com os trabalhadores da unidade e usuários locais. MUNICIPAL / ESTADUAL E NACIONAL.</p>
	<p>Garantir a implantação dos conselhos de gestão nas unidades de saúde composto pelos trabalhadores da unidade, gestor local e usuários do SUS.</p>
	<p>Fortalecer e valorizar o Conselho Municipal de Saúde.</p>
<p>Garantir que a representação dos trabalhadores em saúde no Conselho Municipal de Saúde seja</p>	

<p>Indicador: Participação Social</p>	<p>eleita e ocupada por trabalhador concursado.</p>
	<p>Rever legislações dos conselhos de saúde no sentido de inibir a participação, como representante da sociedade civil, de pessoa com vínculo com o poder público em nível de cargo de confiança.</p>
	<p>Restituir a isonomia dos servidores que atuam na rede de saúde, incluindo a extensão da gratificação de produtividade para todos os servidores, de todos os níveis.</p>
	<p>Promover e garantir capacitação continuada dos profissionais que atuam na rede da atenção básica e hospitalar em saúde a fim de garantir atendimentos efetivo à pessoa com deficiência, idoso e divulgar através de campanhas, os cursos disponíveis para qualificar profissionais da saúde que atuam nos setores públicos e privados e que garantem a efetiva comunicação com pessoas com deficiência, além de realizar ciclo de palestras para os profissionais de saúde, assegurando o respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade</p>
	<p>Garantir a capacitação dos recursos humanos na grade de humanização SUS para melhor atendimento das diversas deficiências.</p>
<p>Indicador/eixo: Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde</p>	<p>Garantir que 80% dos cargos comissionados das unidades de saúde sejam para profissionais estatutários.</p>
	<p>Garantir formação e atualização dos profissionais da rede, bem como garantir que estes atuem na formação de acadêmicos, através da preceptoria.</p>
	<p>Criar um núcleo de educação permanente de forma a garantir a interlocução entre unidades de saúde e universidades para pactuação de campo de estágio, e capacitação de profissionais da rede.</p>
	<p>Realizar a revisão do plano de cargos, carreiras e salários dos profissionais da saúde do</p>

	município para promover a equiparação dos profissionais de mesma categoria.
	Garantir o incentivo aos trabalhadores inseridos em cursos de especialização de lato e strictu sensu, garantindo a participação dos mesmos em aula e atividades relacionadas e implementar o direito à licença para estudos de pós-graduação lato sensu e strictu sensu para todos os profissionais da saúde
	Fortalecer a educação em saúde.
	Unificar informações e qualificar os recepcionistas para garantir procedimentos únicos nas recepções das Unidades de Saúde.
	Garantir capacitação para os coordenadores sobre incentivos governamentais e orçamentos, bem como aplicabilidade e prestação de contas.
	Garantir os direitos legais dos trabalhadores
	Valorizar os agentes de endemias proporcionando banheiros, água que atendam suas necessidades.
	Melhorar a segurança nas unidades que garanta a integridade física dos trabalhadores
	Garantir recursos para ampla utilização da UnA - SUS – Universidade Aberta do SUS
	Fomentar a capacitação da educação permanente e continuada para os profissionais de saúde através do incremento de parcerias entre o município e instituições de ensino, de preferência públicas
	Garantir a capacitação continuada dos coordenadores e gerentes dos serviços de saúde em orçamento público, bem como, a utilização dos incentivos estadual e federal.
	Garantir a manutenção e melhoria de todas as unidades de saúde

	Garantir a reestruturação dos serviços de veículos e motoristas da Secretaria de Saúde, com o retorno da rede de comunicação entre os serviços e que os carros tenham rádio e GPS.
	Garantir que a rede de atenção psicossocial (RAPS) seja instituída e dispositivos assistenciais implementados, conforme diretrizes do Ministério da Saúde.
	Garantir a implementação do plano municipal de atenção integral a saúde do adolescente em cumprimento de medida sócio educativa no regime de semiliberdade
Indicador: Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde	Garantir recursos para profissionais trabalharem: transporte, materiais, mobiliário adequado, medicamentos, telefone, rádio e informática.
	Garantir mecanismos públicos já existentes, em detrimento de mecanismos privatistas de gestão, como Organizações Sociais, ONG's, Fundações, Empresas Públicas de caráter privado e Comunidades Terapêuticas, pela realização de concursos públicos e permanência do controle social na saúde.
	Garantir recepcionistas em todas as unidades de saúde
	Intensificar as ações junto às secretarias municipais de saúde por região, no sentido de implantar/intensificar consórcio intermunicipal regional de saúde; ESTADUAL.
	Garantir que os recursos provenientes de verbas a serem investidas em programas específicos sejam efetivamente alocadas nos respectivos serviços.
	Rever os instrumentos jurídicos com a finalidade de desburocratizar e tornar a gestão mais ágil.
	Reestruturar formalmente o organograma da saúde, incluindo o Conselho Municipal de Saúde de forma a contemplar a organização das redes sugerida pelo Ministério da Saúde.
	Implantar comissão municipal de integração ensino, pesquisa extensão e serviço de saúde.

	Garantir a disponibilização de veículos para realização das atividades externas dos programas, bem como manutenção da frota.
	Realizar estudo técnico-administrativo relacionado aos recursos humanos especializados necessários à demanda de saúde de determinado serviço, programa e/ou região.
	Sensibilizar os profissionais ao uso das tecnologias leves (acolhimento/vínculo) por parte dos serviços de saúde.
	Garantir que as indicações dos profissionais para os cargos comissionados levem em consideração o conhecimento técnico necessário para a ocupação do cargo.
	Garantir a implementação das políticas de saúde integral para LGBT capacitando os profissionais para o atendimento e detecção precoce de sinais de violência.
	Fomentar maior participação dos profissionais da saúde no GT de violência da rede
	Garantir que todos os atos do conselho municipal de saúde sejam publicados por meio eletrônico, preferencialmente no site oficial da prefeitura de Macaé. Tal medida garantiria o fácil acesso às informações e transparência
	Criar calendário de educação permanente, na secretaria de saúde, em consonância com as necessidades dos trabalhadores no planejamento e que seja revista anualmente, priorizando os seguintes serviços de saúde: ESF, Atenção básica, saúde mental, nutrição e capacitação em órteses e próteses do município.
	Garantir a capacitação profissional dos servidores de toda a Rede SUS para atendimento da população LGBT e detecção precoce de sinais de violência contra pessoas com deficiência.
	Garantir a implementação do serviço de informatização em todas as unidades de saúde e comunicação entre as unidades

Indicador: Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS	Promover aos profissionais da saúde o conhecimento da rede, através da atualização e informatização de todos os dispositivos que são oferecidos pela rede com endereço e telefone.
	Atualizar e implementar o protocolo de enfermagem em toda a rede.
	Incrementar as ações de ouvidoria em saúde através da implementação de estratégias como a ouvidoria itinerante com caráter resolutivo local.
	Garantir a implementação da gratificação por desempenho com recurso já destinado pelo Ministério da Saúde, com critérios estabelecidos e discutidos pelas equipes, buscando garantir a inserção na Lei Municipal e garantir a diária para os profissionais que investem na capacitação profissional.
	Garantir que os incentivos governamentais cheguem à rede de saúde.
	Estabelecer dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal um percentual maior para a política de saúde (teto de 60% dos gastos)- ESTADUAL/NACIONAL
	Garantir que os espaços públicos do município de Macaé sejam palco para atividades de pesquisa e extensão, o que permite o avanço tecnológico bem como a melhora da qualidade de vida da comunidade, pautadas nesses avanços.
Indicador/Eixo: Financiamento do SUS e Relação Público- Privado	Regular de forma compatível a regulação dos planos (retirada a vedação dos planos de saúde para servidores públicos).

DIRETRIZES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ENCAMINHADAS PARA A 12ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE.

1. Promover e garantir capacitação continuada dos profissionais que atuam na rede sociassistencial, educacional e da atenção básica em saúde a fim de garantir atendimento efetivo a pessoa com deficiência. Divulgar através de campanhas os cursos disponíveis para qualificar profissionais de Saúde que atuam nos setores públicos e privados e que garantam a efetiva comunicação com pessoas com deficiência. Realizar ciclo de palestras para os Profissionais de Saúde, assegurando o respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade.
- 2 – Garantia de cota no processo simplificado de contratação dos serviços de Saúde.
- 3 – Implementar e fomentar a formação de rede de atenção a pessoa com deficiência a fim de detectar precocemente algum tipo de deficiência, para garantir acesso a terapia e encaminhamento aos órgãos competentes.
- 4 - Criar programa Municipal de Transporte para pessoa com deficiência, garantindo o transporte para os usuários que fazem tratamento de saúde fora domicílio, como casos que necessitam de colocação e adaptação de aparelhos auditivos e outros tratamentos para pessoas com deficiências.
- 5 – Assegura a prioridade no atendimento a saúde das pessoas com deficiência, respeitando a diversidade sexual e gerencial.
- 6 – Implementar política pública voltada a Saúde da Mulher (Gestante, lactante e Idosa com deficiência)
- 7 – Implementar política pública voltada ao atendimento e proteção da pessoa com deficiência, vítima de violência sexual, consistente em atendimento em saúde, bem como, promover educação em saúde para a pessoa com deficiência, para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e utilização de métodos contraceptivos.

8 – Desenvolver no programa educação em saúde, campanhas educativas para as pessoas com deficiência, visando garantir a aceitação da sua própria deficiência, promovendo a superação desta condição, evitando a autonegligência. Além de campanhas educativas para os familiares das pessoas com deficiência, para garantir a aceitação da deficiência, evitando toda forma de violação de direitos.

09 – Promover políticas de proteção integral, visando a diminuição da vulnerabilidade social e física das pessoas com deficiência, implantando campanha de conscientização dos profissionais que atuam na rede de proteção à pessoa com deficiência acerca de sua corresponsabilidade em notificar órgãos competentes, quando verificada situação de violação de direitos da pessoa com deficiência. Ampliar a obrigatoriedade de sistema de notificação compulsório (SINAN) para todos os órgãos que atendam pessoa vítima de violência. Registrar as ocorrências no Conselho da pessoa com deficiência, Conselho de Saúde, Ouvidoria Municipal e Estadual e disque 100.

10 – Criar vagas de embarque e desembarque para PNE em frente às Unidades de Saúde além de demarcar devidamente (sinalização horizontal e vertical) as vagas existentes de PNE, junto as Unidades de Saúde.

11 – Garantir a Implantação de Centro de Reabilitação Municipal, com a criação de Comissão composta pelo CMDPD, CMS e grupo de articulação do Programa Viver sem Limite, para acompanhamento do processo e sensibilização dos gestores.

12 – Garantir a consolidação das ações de Saúde do Plano Nacional Viver sem Fronteiras

13 – Incentivar que os cargos existentes na Secretaria de Saúde, que trabalhem diretamente com PcD, sejam ocupados prioritariamente, quando possível, por pessoa com deficiência.

14 – Garantir a capacitação dos Recursos Humanos na grade do Humaniza SUS para o melhor atendimento das diversas deficiências (escuta, acolhimento, interpretação da língua de sinais).

15 – Atender o item Acessibilidade nos novos espaços físicos da Secretaria de Saúde, conforme definido na Legislação vigente, garantindo no Plano Plurianual e na LDO, adequação das Unidades de Saúde já existentes, bem como, as novas Unidades a serem criadas, atendendo o integral cumprimento do Decreto Lei 5296/2004.

17 – Apoiar a criação do cadastro Único da Pessoa com deficiência de Macaé.

18 – Estabelecer como diretrizes para compor a contratação dos veículos do transporte de Saúde, quando necessário, obrigatoriedade no cumprimento da Legislação vigente, dentre elas: os diversos Decretos Federais, as Leis de Acessibilidade (10048 e 10098/200) e o Decreto Federal que as regulamenta (5296/20014), as normas ABNT (9050/04, 15320/05, 14022/09, 15570/09 e 15646/08) e as várias Portarias do INMETRO e DENATRAN que versam sobre o assunto, além de programa de capacitação permanente para os funcionários envolvidos

19 – Acompanhar a elaboração de propostas e indicações sobre os serviços de Saúde. relativos à Pessoa com Deficiência, no poder legislativo.

PLANOS E METAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANO 2016

O Conselho Municipal de Saúde é um Órgão Permanente e Deliberativo. Os seguimentos que o compõe são representantes de Governo, Prestadores de Serviço, Profissionais de Saúde e Usuários.

Atuam na formulação de estratégias e no controle da execução das Políticas Públicas de Saúde, inclusive em aspectos econômicos e financeiros.

É constituído de uma Coordenação Geral ou Mesa Diretora, respeitando a paridade expressa na Resolução CNS nº453 / 2012, eleito em plenário, inclusive seu Presidente e / ou Coordenador.

Grupos de Trabalho/Comissões Técnicas são compostas por Conselheiros, que fazem visitas, fiscalização, relatórios, pareceres de documentos. Os grupos de Trabalho/Comissões Técnicas são: Serviços Próprios e Credenciados, de Planejamento Estratégico, de educação permanente, de recursos Humanos, de Fiscalização Financeira, Comissão Técnica Intersetorial de Saúde Mental e Saúde do Trabalhador, Comissão de Deliberação das Conferências.

A nova sede da Secretaria Executiva do CMS foi inaugurada em Junho / 2009, sito a Rua Teixeira de Gouveia, nº 469, Centro, Tel: (22) 2793 – 0217, onde funciona a Secretaria Executiva , as reuniões vem acontecendo regularmente toda primeira quinta feira de cada mês, as extraordinárias quando necessárias, cursos e capacitações.

AÇÕES	METAS	RESPONSÁVEL	PARCERIAS
--------------	--------------	--------------------	------------------

Realizar fiscalização nos Serviços Municipais de Saúde, Conveniados, contratadas e subvencionadas e outras dentro das Leis Vigentes	Cumprir com o Controle Social	Comissões Técnicas	PMM SEMUSA FMS
Organizar Seminário Regional da região Norte Fluminense	01 Seminário ao Ano para integração da educação Permanente Controle Social	Secretaria Executiva	Conselho, Região Norte FMS
Planejar e Organizar Reuniões Itinerantes nos bairros do Município	10 reuniões/Anos	Secretaria Executiva	Associações de Moradores, Ongs e ADM Bairro Poder Legislativo
Viabilizar capacitação de atuais e novos Conselheiros de Saúde	02 Capacitações /ano	Secretaria Executiva	Escola Técnica I TCE/RJ CES/RJ MP
Implantação do Conselho Gestor nas Unidades e Serviços de Saúde/HPM e HPMS/HPM Irma do Horto	Controle Social e Participação Social	Secretaria Executiva	SEMUSA, Unidades e Serviços Saude2
Participação em Eventos (Plenárias, Cursos, Seminários) convocados pelo Município, pela Região, pelo Estado e pelo Federal, CIES Norte, Simpósios.	100% participação nos eventos	Secretaria Executiva	Município Região Estado e Federal
Organizar administrativamente o conselho de	Composição da	Secretaria	PMM

acordo com as normas legais	mesa diretora com definição: Assessoria técnica, Assessoria Jurídica	Executiva	SEMUSA CMS
Aquisição de um carro para 08 a 12 passageiros	Cumprir com as atividades do Conselho	Secretaria Executiva	PMM SEMUSA FMS
Dotar o Conselho Municipal de Saúde de material Permanente e de consumo para seu funcionamento	Organização do Conselho	Secretaria Executiva	PMM SEMUSA FMS
Comemorar o aniversário do Conselho Municipal de Saúde e festa de confraternização	01 Confraternização/ano	Secretaria Executiva	PMM SEMUSA FMS
Estruturar o site do Conselho Municipal de Saúde	Informações, Reuniões Controle Social, Transparência.	Secretaria Executiva	SEMUSA PMM/Comunicação
Organizar a Conferencia Municipal de Saúde	01 Conferencia de dois e dois anos	secretaria.executiva e coordenação de cada área	Cons.Estadual e Nacional de saúde FMS
Participação nas Plenarias Estaduais, Regionais e Nacional de Conselhos de Saude	100% Educação Permanente(Conhecimento)	secretaria Executiva	SEMUSA E FMS

Estruturar o CMS/Macae com RH Capacitados, Conhecimentos Gestao SUS	Atender as necessidades da Plenaria do CMS	Plenaria Secretaria d Saude	PMM SEMUSA RH FMS
--	--	--------------------------------	----------------------------